

Brasil 200 anos

07 de setembro
1822 - 2022



A Proclamação da Independência,
François-René Moreaux, 1844
Acervo: Museu Imperial



General de Brigada

Márcio Tadeu Bettega Bergo

Presidente do Instituto de Geografia e
História Militar do Brasil

Em outubro de 1492, um *Novo Mundo*, depois chamado “América”, foi descoberto. Em julho de 1494, com o Tratado de Tordesilhas, as duas maiores potências da época, Portugal e Espanha, traçaram um meridiano, “repartiram” entre si tais áreas e estabeleceram que as terras ocidentais à linha seriam castelhanas, enquanto as que estivessem a leste, lusitanas.

Em decorrência, “nasceu” o Brasil! A expedição conduzida por Pedro Álvares Cabral, aqui chegada em 1500, atestou o *descobrimento* do nosso País, providência que os portugueses chamam de *acha-*

mento, pois, afinal, Cabral veio realmente “procurar” o que já se sabia da existência.

Chamada de *Pindorama* pelos indígenas que aqui habitavam, recebeu algumas denominações até chegar a “Terra Santa Cruz do Brasil”, logo “Terra do Brasil” e, finalmente, “Brasil”. O nome advém da madeira *pau-brasil*, árvore cuja exploração foi a primeira atividade econômica do lugar. Ela fornecia um pigmento, usado especialmente em tecidos, e seu lenho, de intenso vermelho-vivo, lembrava muito uma brasa, de onde se acredita tenha vindo a palavra *Brazil*, depois



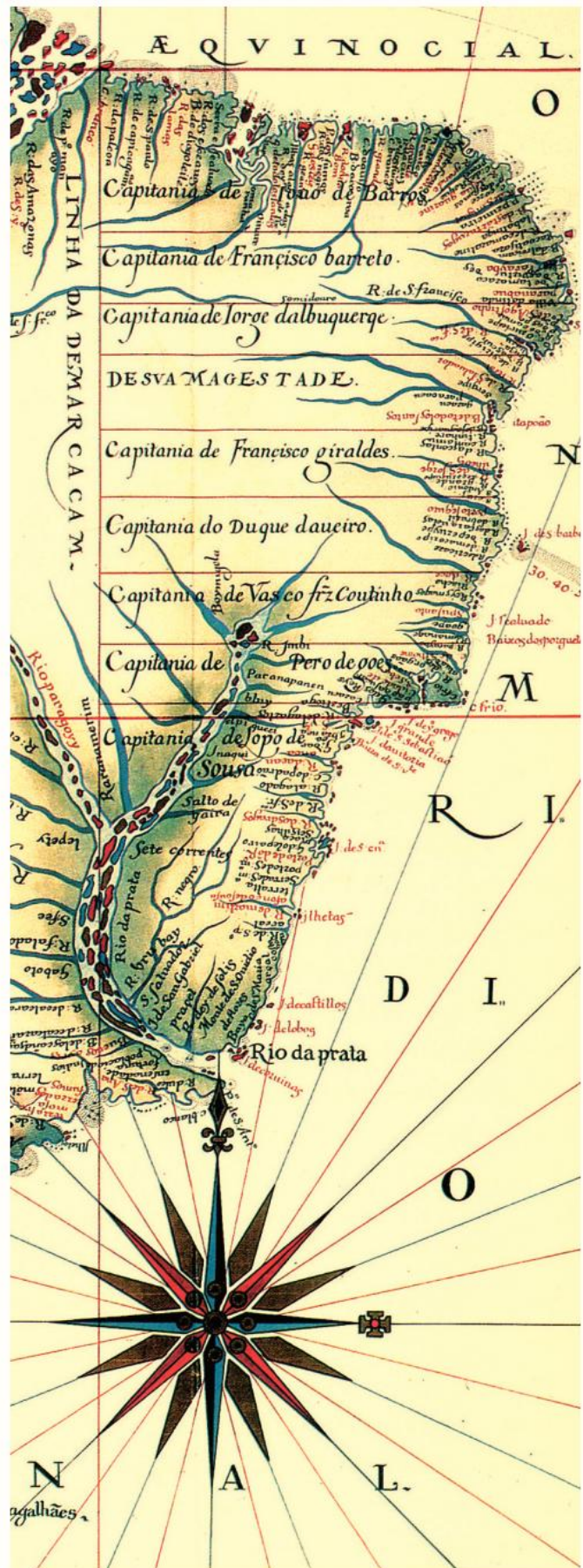
D. João VI, retratado por Albertus Jacob Frans Gregorius em óleo sobre tela do século XIX Acervo: Palácio da Ajuda, Lisboa - Portugal

Brasil. Há, contudo, outra teoria para nosso nome. Ela será vista mais adiante.

Portugal tomou posse da terra, dividiu-a em capitâneas hereditárias, iniciando-se a exploração e a colonização. Esta não foi linear nem homogênea, pois uns lugares foram mais “trabalhados” do que outros, recebendo maior atenção e, conseqüentemente, obtendo desenvolvimento mais significativo.

A união das coroas ibéricas, entre 1580 e 1640, “rompeu” a linha de Tordesilhas e permitiu que portugueses vivendo no Brasil se aventurassem no rumo oeste, em expedições chamadas “Entradas” (caravanas oficiais, patrocinadas pelas autoridades portuguesas) e “Bandeiras” (bancadas por empreendedores particulares). Tais campanhas alargaram consideravelmente nosso território, além de mapear recur-

Tordesilhas
Mapa de Luiz Teixeira, 1574
Acervo da Biblioteca Nacional da Ajuda, Lisboa



Chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro
Óleo sobre tela de Armando Martins Viana, Século XX
Acervo do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro



sos. Com o passar dos tempos, os lusitanos avançaram rumo ao sul, ao estuário do Rio da Prata, e foram confrontados e contestados pelos castelhanos. Muitas lutas aconteceram, foram avanços e recuos territoriais. Ao norte, na Amazônia, igualmente sangue e suor foram despendidos na conquista e manutenção de vastas porções de terras. Diversos invasores europeus que aqui se aventuraram foram expelidos. E assim se forjou a configuração territorial deste imenso País. Fortes e fortalezas foram erguidos ao longo das fronteiras terrestres e também no litoral, para a defesa, constituindo-se em núcleos de futuras vilas e cidades.

Em 1808, em um processo estratégico de preservação do Reino de Portugal e seus territórios ultramarinos, em virtude das invasões napoleônicas, a Corte portuguesa transferiu-se para o Brasil, que passou a ser a sede do reino. Para cá, além da família real, vieram centenas de funcionários, criados, assessores e pessoas ligadas ao governo português. Trouxeram consigo muito dinheiro, obras de arte, documentos, livros, bens pessoais e outros objetos de valor. Após pequena estada em Salvador, na Bahia, a comitiva se instalou no Rio de Janeiro e introduziu várias alterações na vida da então Colônia. Entre muitas atitudes, o Brasil foi elevado à catego-

ria de Reino Unido, o comércio brasileiro foi aberto para o mundo, houve estímulo para estabelecimento de indústrias, construção de estradas e a reforma em portos. Foram criadas instituições bancárias, os Correios, a primeira universidade de medicina e muitas outras medidas. Em 1818, o Príncipe regente foi coroado com o nome de Dom João VI, titular do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Em 24 de agosto de 1820, aconteceu a *Revolução Liberal do Porto*, movimento que eclodiu após a expulsão dos franceses, vencidos com a ajuda militar que Portugal recebeu dos ingleses. Surgiram, então, as *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, que, formando a *Junta Provisória do Governo Supremo do Reino*, assumiram, na prática, o controle daquele País. A ausência da Família Real, uma grave situação econômica e o domínio de uma intervenção inglesa, comandada por William Beresford, levaram os revolucionários lusitanos a pleitear a constitucionalização do país, a retirada dos britânicos, o retorno do monarca e a recolonização do Brasil.

Em consequência, muitas decisões portuguesas se mostraram contrárias aos interesses brasileiros, aprofundando mais ainda a contradição de que o Reino tinha dois centros políticos, Lisboa e Rio de



D. Pedro I, retrato atribuído a Simplicio Rodrigues de Sá, 1828-1830
Acervo: Museu Imperial

Janeiro, onde vivia o governante. Assim, os revoltosos exigiram o retorno de Dom João VI a Portugal, o que ocorreu em 21 de abril de 1821. Ao partir, atribuiu, por decreto, a regência do Brasil a seu filho Dom Pedro de Alcântara. Na ocasião, sentindo os anseios de liberdade do nosso povo, proferiu a célebre frase “Põe a coroa sobre a tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela”.

Em 9 de janeiro de 1822, chegou a vez de o Príncipe regente Dom Pedro, que aqui permanecera, receber a convocação das Cortes de Lisboa exigindo sua volta a Portugal. Os portugueses pretendiam recolonizar o Brasil, e a presença de Dom Pedro impedia esse ideal. Ele desobedeceu, declarando que não cumpriria as ordens, e continuaria no Brasil. Na ocasião, pronunciou a célebre frase “Se é para o bem

de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico.” A data passou à história como o “Dia do Fico”.

Entre março e abril de 1822, Dom Pedro foi a Minas Gerais, naquela que seria sua primeira viagem para fora dos limites da Corte (o Rio de Janeiro). Buscava apoio político contra as Cortes Portuguesas e meios para debelar uma possível rebelião, passível de fazer emergir algum tipo de Governo Provisório, em Vila Rica (atual Ouro Preto). Eram receios adormecidos da *Inconfidência Mineira* (ou *Conjuração Mineira*), de 1789, e da *Conjuração Baiana* (ou *Revolta dos Alfaiates*), de 1798. O Príncipe atuou ousadamente e empregou princípios estratégicos militares e políticos. Conquistou apoios, demitiu comandantes de tropas e substituiu o governo de Minas. Garantiu a sustentação por grandes fazendeiros, pelas elites locais e pelas câmaras de vereadores das principais cidades.

De retorno ao Rio, em junho, recusou fidelidade à Constituição portuguesa e convocou a primeira Assembleia Constituinte brasileira. Ainda determinou que nenhuma lei de Portugal iria valer no Brasil sem sua autorização, instrumento conhecido como decreto do “Cumpra-se!”. Em 1º de agosto, emitiu um decreto considerando inimigas as forças militares portuguesas que desembarcassem no Brasil. Portugal anulou a convocação da nossa Constituinte, ameaçou com o envio de tropas e exigiu, uma vez mais, o retorno do príncipe. Ambiente propício para o rompimento.

Em agosto, Dom Pedro deslocou-se à Província de São Paulo, para efetuar novos contatos e acalmar focos insurgentes. Marchou pelo Vale do Rio Paraíba do Sul, entabulando conversações com lideranças locais e reunindo tropas. Seguiu para a cidade de São Paulo e, depois, a Santos, no litoral.

Em 7 de setembro de 1822, voltando de Santos, encontrava-se às margens do riacho Ipiranga, quando foi alcançado por um mensageiro, que trazia cartas de sua



José Bonifácio de Andrada e Silva, por Benedito Calixto, 1902
Acervo: Museu do Ipiranga



D. Leopoldina, por Josef Kreutzinger, 1815
Acervo: Schönbrunn Palace, Viena - Austria

esposa Maria Leopoldina da Áustria, de seu pai Dom João VI e de José Bonifácio de Andrada e Silva, seu assessor e ministro, além de outras missivas e ordens das Cortes. Não eram nada boas as notícias. Maria Leopoldina, que se encontrava na Corte e recebera o correio de Lisboa, concluiu que a ruptura entre Brasil e Portugal deveria acontecer imediatamente. Em 2 de setembro, ela presidiu uma reunião do Conselho de Estado, que se posicionou inteiramente favorável à separação. Escreveu uma carta a Pedro, anexou às demais correspondências, despachando tudo com urgência para seu marido. Assim se expressou a Princesa:

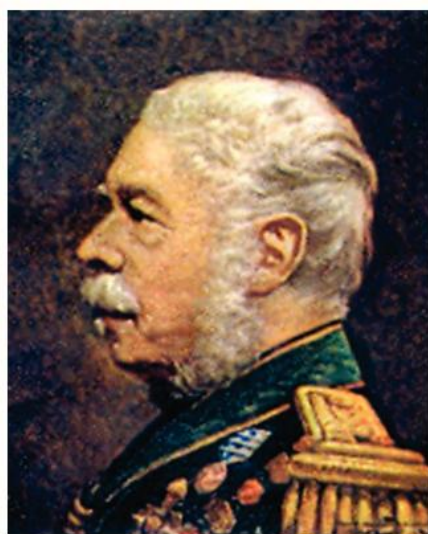
Pedro, o Brasil está como um vulcão. Até no paço há revolucionários. Até oficiais das tropas são revolucionários. As Cortes Portuguesas ordenam vossa partida imediata, ameaçam-vos e humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê

desgraças, se partirmos agora para Lisboa. Sabemos bem o que tem sofrido nossos pais. O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das Cortes que perseguem e humilham os soberanos a quem devem respeito. Chamberlain vos contará tudo o que sucede em Lisboa. O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece. Ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sábio que conheceu todas as cortes da Europa, que, além de vosso ministro fiel, é o maior de vossos amigos. Ouvi o conselho de vosso ministro, se não quiserdes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que ireis fazer em São Paulo. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão nada podem fazer. Leopoldina.

Entre outras informações e conselhos: “Senhor, o dado está lançado, e de Portugal não temos a esperar senão escravi-

quase todo o século XIX, variadas revoltas, insurreições e revoluções separatistas foram vencidas. Também aconteceram agressões externas, nas quais foi necessário o emprego da força, com destaque à figura ímpar de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, principal mantenedor da unidade nacional e da integridade territorial. Após a República, e no alvorecer do século XX, tivemos ainda alguns processos de demandas territoriais, resolvidos por arbitragens internacionais, e a conclusão da chamada *Questão do Acre*, que nos acrescentou mais uma extensa área.

Agora, em 2022, aos 200 anos de nossa Independência, completadas já duas décadas do século XXI, somos a República Federativa do Brasil, composta por 26 estados federados e um Distrito Federal. Somos o 7º maior contingente populacional do mundo, a 5ª maior área da Terra, constituímos a 10ª maior economia do planeta – já chegamos à 8ª posição e estamos perto da 12ª, pois os números flutuam. Somos o 3º maior produtor agropecuário do mundo, alimentamos um terço da humanidade. Somos donos de algumas ilhas de excelência, apesar do nosso atraso tecnológico em geral, da menor prioridade atribuída ao binômio Ensino/Educação e dos poucos recursos investidos em Ciência, Tecnologia e Inovação.



Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, por Miranda Junior
Acervo da Biblioteca do Exército - RJ

Somos um Brasil alegre e festeiro, de fartura e benesses, ainda que pleno de dificuldades e percalços. Gigante pela própria natureza, belo, forte e impávido colosso, este País foi gradualmente erigido, inicialmente por portugueses, índios e africanos. Depois, com sucessivas levas de imigrantes, por italianos, alemães, espanhóis, japoneses, árabes, suíços, coreanos, ucranianos, chineses e muitos outros povos, consolidando nossa riqueza maior, a gente brasileira. Povo hospitaleiro, que construiu uma imagem simpática e é admirado pela sua arte em geral, música e literatura em particular, pela sua criatividade, pelos esportes, futebol em destaque, pelo carnaval e tantas outras manifestações populares. Nossa gente constitui uma população volumosa e integrada, com invejável unidade linguística, desenvolvedora de notável adaptabilidade e elevada criatividade, improvisando soluções práticas para situações desfavoráveis.

Brindados pela *Mãe Natureza*, nosso clima é ameno, temos enorme extensão territorial, área compacta, livre de obstáculos intransponíveis, sem grandes cataclismos, em um posicionamento geográfico excelente. Em nosso território, tão vasto, abrigamos vários ecossistemas e possuímos um imenso potencial agrícola. A plataforma continental marítima estende nossas riquezas oceano adentro, nossa biodiversidade é ampla, com vidas animais e vegetais esbanjando exuberância e variedade. Temos das maiores disponibilidades em água doce do mundo e recursos minerais incalculáveis. Nossa culinária de mil sabores e nossas paisagens fantásticas – em especial a Amazônia, o Pantanal, as chapadas, as cachoeiras e as praias – encantam os turistas, consumidores dessa indústria valiosíssima e limpa. Tudo isso configura exatamente o que se pode imaginar como o Éden, lugar de abundância, opulência e felicidade! Muito a ver com a já mencionada outra teoria a respeito do nosso nome, uma antiga lenda celta, que falava de uma *Ilha Brasil*, o *Hy Breazil*, um

lugar paradisíaco, onde somente pessoas privilegiadas iriam viver...

Em contrapartida, infelizmente também somos um Brasil que sofre problemas no atendimento em saúde, possui sérias falhas no sistema escolar, péssima distribuição de renda, vive uma precária segurança pública, é “campeão” em acidentes de trânsito, é consideravelmente deficiente em infraestrutura. Um Brasil em que as populações das grandes cidades suportam carências na mobilidade urbana. Somos um País exportador de produtos de menor complexidade e valor, de insuportável estrutura fiscal-tributária, da pouca poupança interna, do baixo nível de investimento. Um Brasil, com uma Justiça lenta e sobrecarregada, pontilhado por espaços onde imperam “vazios” de Estado.

Temos problemas, é certo, mas também temos todas as ferramentas para resolvê-los da melhor forma. Com absoluta certeza, podemos afirmar que as mazelas de que padecemos são muitíssimo menores do que o somatório das coisas boas de que desfrutamos ou que temos em potencial, aguardando serem processadas e transformadas em riqueza para a Nação.

Este é nosso Brasil, em seu 200º aniversário como País independente. Por nós herdado após muitos sacrifícios, trabalho e lutas, e que deve ser preservado e engrandecido, para entrega às gerações futuras. Que deixemos uma nação melhor para nossos descendentes, e também, a eles dediquemos medidas educacionais intensas, fazendo-os cada vez melhores para nossa Nação!

As palavras-chave que incentivamos são *Pesquisar, Honrar e Defender* o Brasil.
Cultivemos esses nobres propósitos, com fervor.
Pratiquemos todos, PHD, Brasil!

Márcio Tadeu Bettega Bergo

Sócio Titular Emérito e atual Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB, o General de Brigada Veterano Márcio Tadeu Bettega Bergo foi Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx). Integrante da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e da Academia de Cultura de Curitiba (ACCUR), é ainda Membro Correspondente do Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica (INCAER) e da Asociación Cultural Mandu’arã (Paraguai).